



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de instituição financeira, pública ou privada, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ e para a prestação de serviços de:

1.1.1. Operacionalização, com exclusividade, da FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ativos, inativos, pensionistas e estagiários da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município;

1.1.2. Realização, sem caráter de exclusividade, mas com preferência para vencedora do certame, do pagamento dos fornecedores, bens, serviços e insumos da Administração Direta e Indireta do município de Rio Claro, excluídos os pagamentos de obrigações vinculadas a recursos provenientes de transferência voluntárias, bem como aquelas onde há obrigatoriedade de movimentação financeira em instituição bancária oficial, tais como: FNDE, FUNDEB, PNAE, PNAC, entre outras;

1.1.3. Concessão de empréstimo consignado, sem caráter de exclusividade, aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Direta e Indireta do poder Executivo do Município, conforme disposto na Resolução CMN nº 5.004, de 24/3/2022.

1.2. Especificação do produto/quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços, com exclusividade, de gerenciamento e processamento da folha de pagamento e, sem caráter de exclusividade, concessão de empréstimo consignado, para servidores ativos, inativos e pensionistas do poder Executivo do Município de Rio Claro e para pagamento dos fornecedores, sem caráter de exclusividade, da Administração Direta e Indireta do município de Rio Claro/RJ.	SERV	01



- 1.3. Aplicam-se os dispositivos acima os órgãos ou autarquias ou semelhantes, ligados ao executivo municipal, que vierem a ser criados no decorrer do prazo deste processo.
- 1.4. Fazem parte da Administração Municipal Direta e Indireta de Rio Claro os seguintes órgãos:
- 1.4.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO - CNPJ: 29.051.216/0001-68
- 1.4.2. FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE DE RIO CLARO – CNPJ: 11.179.418/0001-24
- 1.4.3. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO CLARO RJ – CNPJ: 53.195.758/0001-24
- 1.4.4. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO – CNPJ: 11.171.092/0001-99
- 1.4.5. FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – RJ – FUNPREV-RC – CNPJ: 17.568.727/0001-72
- 1.4.6. FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE RIO CLARO – CNPJ: 17.213.227/0001-18
- 1.4.7. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO CLARO – CNPJ: 17.221.751/0001-30
- 1.4.8. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO CLARO – CNPJ: 11.756.492/0001-68
- 1.5. Os órgãos listados do dispositivo anterior, apesar de serem dotados de personalidade jurídica própria, são vinculados, por lei, à Prefeitura Municipal de Rio Claro. Portanto, não se torna necessária a autorização prévia e expressa para promover a licitação de suas folhas de pagamento.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

2.1. Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, o contrato a ser celebrado terá vigência inicial de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, considerando que se trata de serviço contínuo cuja prestação demanda estabilidade operacional, atendimento contínuo ao público-alvo e integração com sistemas administrativos da Administração Pública.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e devidamente justificada pela autoridade competente, observando-se o interesse público, a conveniência administrativa e o resultado da avaliação da execução contratual.

2.2.1. Em caso de prorrogação do contrato após o término da vigência inicial, deverá ser mantido ou renegociado, conforme avaliação de vantajosidade, o valor da



contraprestação financeira ofertada pela contratada ao Município, com atualização monetária pelo índice IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro e o interesse público. A renovação estará condicionada à demonstração da manutenção das condições vantajosas da contratação original, conforme previsto no art. 107, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Caso não seja celebrado novo contrato ao término da vigência contratual legalmente permitida, incluindo eventuais prorrogações dentro do limite decenal previsto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada deverá manter, em caráter excepcional e temporário, a execução dos serviços, mediante ordem expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal ou autoridade designada. Durante esse período, será devido à contratada o valor proporcional de 1/60 (um sessenta avos) do valor global contratado, devidamente atualizado pelo índice IPCA/IBGE, ou outro índice oficial de inflação que vier a substituí-lo, conforme diretrizes da Administração Pública e da legislação vigente à época da prorrogação extraordinária.

2.4. A manutenção dos serviços nessa condição fica limitada ao prazo máximo de 03 (três) meses, prorrogável mediante acordo entre as partes, desde que justificado por razões de interesse público devidamente motivadas e observado o limite legal previsto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de serviços bancários, de forma centralizada em uma única instituição bancária oficial devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil traz benefícios operacionais, financeiros e administrativos, pois proporciona agilidade e eficiência no processamento dos pagamentos celebrados pelo MUNICÍPIO, tendo em vista o volume de operações decorrentes de suas relações obrigacionais com folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato pelo poder Executivo do Município de Rio Claro.

3.1.1. Em função do fim do prazo do atual contrato, o Município de Rio Claro/RJ iniciará o processo de contratação de uma instituição financeira para prestação de serviços bancários nos mais diversos aspectos, incluindo o pagamento da folha salarial com exclusividade. Portanto, faz-se necessário que se inicie o processo licitatório objetivando atender os princípios de planejamento e eficiência administrativa.



3.1.2. A contratação pretendida apresenta-se como uma forma de geração de retorno financeiro para a administração pública a ser utilizado em prol do interesse público. Assim, a realização desse tipo de alienação constitui importante fonte de receita para os entes federados.

3.1.3. A contratação tem por objetivo assegurar uma gestão financeira moderna, eficiente e segura, centralizando os serviços financeiros em instituição especializada, promovendo a economicidade e a valorização do servidor público, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade da Administração em acompanhar e controlar suas operações financeiras.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

4.1. O estudo técnico preliminar foi realizado com fundamento no §2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução escolhida consiste na **contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil**, visando à prestação dos seguintes serviços à Administração Pública Direta e Indireta do Município de Rio Claro:

5.1.1. A **operacionalização exclusiva da folha de pagamento** dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários do Poder Executivo, por meio de conta-salário ou conta corrente de titularidade dos servidores, com a garantia de que todos os créditos salariais sejam processados e efetivados em conformidade com os prazos legais e contratuais. A contratada deverá integrar-se tecnicamente ao sistema de gestão de pessoal utilizado pela Prefeitura, garantindo sigilo, segurança da informação e agilidade nas transações.

5.1.2. A **realização, com preferência, do pagamento de fornecedores**, prestadores de serviços e demais compromissos financeiros da Administração Municipal, ressalvadas as exceções legais e contratuais, como aquelas que exigem movimentação por instituição oficial em razão de convênios e transferências voluntárias. A solução deverá permitir à Administração maior controle, transparência e rastreabilidade sobre as ordens de pagamento emitidas.

5.1.3. A **oferta de crédito consignado**, sem exclusividade, aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, com margem consignável conforme legislação vigente e



gestão segura das averbações. A solução deve prever sistema eletrônico seguro e integrado para controle das operações de consignação, sem ônus para a Administração.

5.2. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III)

5.2.1. Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação contínua de serviços financeiros e operacionais, não se aplica a exigência de garantia técnica ou material nos moldes tradicionais associados ao fornecimento de bens duráveis. No entanto, a contratada deverá garantir, durante toda a vigência do contrato, o pleno funcionamento dos sistemas de pagamento, dos canais de atendimento (presenciais e digitais), dos serviços de consignação e da integração com os sistemas da Administração Municipal. Nesse sentido, será exigido da contratada:

5.2.1.1. Suporte técnico e atendimento especializado para solução de falhas operacionais, indisponibilidades de sistema e demais incidentes relacionados aos serviços prestados;

5.2.1.2. Canal de atendimento à Prefeitura para questões administrativas, técnicas e de suporte;

5.2.1.3. Correção imediata de falhas identificadas, com prazos máximos estipulados contratualmente;

5.2.1.4. Garantia da segurança da informação e proteção de dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), sendo a contratada responsável pela integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações manuseadas durante a execução dos serviços.

5.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo §1º, art. 96 da Lei nº 14.133/21)

Não será exigido garantia contratual, pois não terá nenhum ônus para o Município.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021)

6.1.1. Possuir capacidade técnica e operacional para processar a folha de pagamento de um grande número de servidores, incluindo efetivos, comissionados, contratados, inativos e pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo;

6.1.2. A instituição financeira deve ser autorizada pelo Banco Central do Brasil e estar em conformidade com todas as regulamentações vigentes para operar no setor bancário;

6.1.3. Apresentação de certificados e autorizações que comprovem sua regularidade junto aos órgãos reguladores;



6.1.4. A instituição financeira deve possuir comprovada experiência na prestação de serviços semelhantes, principalmente quando se trata de serviços prestados à Administração Pública;

6.1.5. Aderência às legislações trabalhistas, fiscais e previdenciárias aplicáveis ao gerenciamento de folhas de pagamento;

6.1.6. Compromisso com a transparência e a integridade nas operações financeiras;

6.1.7. A instituição deve contar com sistemas e tecnologias avançadas para garantir a precisão e a segurança no processamento das folhas de pagamento;

6.1.8. A integração com os sistemas de gestão financeira e contábil do município deve ser prática e eficiente;

6.1.9. Possuir medidas sérias de segurança para proteger os dados dos servidores e do município contra acessos não autorizados, fraudes e ciberataques;

6.1.10. Conformidade com as normas de segurança da informação e proteção de dados, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);

6.1.11. Flexibilidade para ajustar processos e atender a necessidades específicas do município;

6.1.12. Suporte técnico especializado para resolver problemas operacionais e garantir a continuidade dos de servidores, incluindo efetivos, comissionados, contratados, inativos e pensionistas;

6.1.13. Emissão de relatórios detalhados sobre o processamento da folha de pagamento;

6.1.14. Ferramentas de auditoria e acompanhamento que permitam ao município monitorar e controlar as operações financeiras de maneira transparente;

6.1.15. Estrutura de tarifas clara e transparente, sem custos ocultos;

6.1.16. Cláusulas contratuais que assegurem a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

6.2. Da Subcontratação

6.2.1. É vedada a subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para execução total ou parcial do objeto Contratado.

6.3. Vistoria Prévia (observando os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021)

6.3.1. Tendo em vista a natureza e as peculiaridades do objeto a ser contratado, não haverá necessidade de vistoria prévia.



6.3.2. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos serviços (observar o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021 e Súmula 16 do TCE/RJ)

6.3.3. Considerando a natureza do objeto, entende-se que não será necessária a exigência de amostra ou demonstração técnica dos serviços.

6.4. Da participação

6.4.1. Poderão participar do certame para executar o objeto deste Termo de Referência, instituições financeiras, públicas ou privadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive cooperativas, e que atendam as disposições e regras estabelecidas neste Termo e no instrumento convocatório.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. A Instituição Financeira ficará responsável pela folha de pagamento do Município de Rio Claro-RJ a partir do mês de assinatura do contrato;

7.2. O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.3. A Instituição Financeira contratada deverá dar início a prestação dos serviços no prazo de até 3 (três) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviços. Só será admitida a prorrogação do prazo em decorrência de força maior ou fato superveniente ou no caso de culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ que impeça totalmente o início dos serviços pela Instituição Financeira.

7.4. O MUNICÍPIO e a CONTRATADA adotarão, observados os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, providências no sentido de formalizar a abertura e manutenção das contas salário em nome dos agentes públicos municipais, para a operacionalização do sistema de pagamento, sendo as condições de uso e movimentação das contas definidas em legislação própria do Banco Central do Brasil, com observância dos requisitos definidos neste termo de Referência.

8. SISTEMAS DE INFORMÁTICA

8.1. A Instituição Financeira deverá disponibilizar, sem ônus para a Contratante ou servidores públicos municipais efetivos, comissionados, contratados, inativos e pensionistas, plataforma eletrônica WEB ou App, eficientes e seguros, capazes de executar todas as ações bancárias e demais condições que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Termo de Referência, observadas as regras do Banco Central do Brasil e demais legislações vigentes;



8.2. Todas as trocas de dados e informações entre a Instituição Financeira e a Contratante ou servidores públicos municipais efetivos, comissionados, contratados, inativos e pensionistas serão efetuados por meios e métodos seguros, devidamente protegidos, de forma a garantir o sigilo, a veracidade e a autenticidade da origem dos dados e das informações, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal;

8.3. As plataformas (WEB ou Aplicativos) utilizadas na troca de dados e informações entre a Instituição Financeira e a Contratante ou servidores públicos municipais efetivos, comissionados, contratados, inativos e pensionistas deverão ser acessados por meio de linha dedicada via internet, garantindo total segurança e preservação dos dados;

8.4. Obrigatoriamente os computadores e usuários envolvidos deverão ter suas identidades verificadas, por certificação digital ou equivalente e as informações deverão ser criptografadas.

9. ENTREGAS E CRITÉRIOS DA ACEITAÇÃO DO OBJETO (ART. 40, §1º, II da Lei 14.133/2021)

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará a vencedora para assinar o contrato, que deverá firmar a contratação no prazo instituído no subitem abaixo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

9.2. A licitante vencedora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para assinatura do contrato, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Município.

9.3. Para a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar de preposto responsável para gerir o contrato, constando nome completo, telefone de contato e e-mail.

9.4. O contrato a ser assinado terá como base a minuta integrante deste edital.

9.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.DA HABILITAÇÃO

10.1. Habilitação jurídica

10.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

10.1.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto a atividade assim o exigir;



10.1.3. A ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

10.1.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

10.1.6. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

10.1.7. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

10.1.8. Certidão Negativa de Débitos — CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea — da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente comprovada documentalmente pela licitante;

10.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de débitos trabalhistas ou Certidão Positiva, com efeito de negativa, nos casos da existência de débitos garantidos por penhora suficiente (§2º do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho e Lei Federal 12.440/11);

10.1.10. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, conforme o caso e objeto licitado, na forma da lei.

10.1.11. Qualificação Econômico-financeira

10.1.12. Atestar possuir solidez financeira e patrimonial comprovada de acordo com as normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 4.193/13, Circular do BC nº 3.644/2007 e demais normas aplicáveis);

10.1.13. Declaração do Banco Central do Brasil de que não está em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;

10.1.14. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante.

10.1.15. Qualificação Técnica

10.1.16. Autorização, registro ou inscrição da instituição junto ao Banco Central do Brasil;



10.1.17. Declaração de que suas agências e seus caixas eletrônicos possuem toda a infraestrutura necessária ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, inclusive quanto à mão de obra qualificada, equipamentos, segurança e tecnologia;

10.2. Declarações

10.2.1. Declaração de estar regular perante o Ministério do Trabalho; que inexistente impedimento legal em participar do credenciamento; que cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho; que conduz os negócios da empresa respeitando a Lei Federal nº 12.846/2013; e que atende a todos requisitos do edital de credenciamento e não existe punição em nome da empresa ou sócios;

10.3. Todos os documentos deverão ter vigência, no mínimo, até o dia previsto para a realização da sessão pública da Licitação, sendo que, inexistindo prazo de validade expresso, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias consecutivos, contados de sua expedição.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

11.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos na otimização da gestão financeira da Administração Pública Municipal, assegurando agilidade, segurança e confiabilidade nos processos de pagamento da folha dos servidores, concessão de crédito consignado e pagamentos a fornecedores, com atendimento adequado às exigências legais, operacionais e tecnológicas.

11.4. A correta execução contratual deverá resultar, portanto, na efetiva entrega de serviços financeiros de qualidade, com impacto direto e positivo na rotina da Administração Municipal e no bem-estar dos seus servidores.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 12.1. Informar, no ato da contratação, o número da conta bancária na qual será feito o depósito relativo ao valor ofertado na licitação.
- 12.2. Manter com o contratado a exclusividade das contas correntes dos seus beneficiários, para recebimento dos seus vencimentos e quaisquer outros créditos advindos da relação jurídico funcional entre estes e o contratante.
- 12.3. Enviar a relação nominal dos servidores, com os respectivos valores a serem creditados, por meio de arquivo eletrônico, bem como os demais dados necessários solicitados pelo contratado para realização do objeto.
- 12.4. Disponibilizar ao contratado os recursos financeiros para efetivação do pagamento dos servidores conforme estabelecido neste Termo.
- 12.5. Prover as informações e documentações necessárias à execução dos serviços por parte do contratado, como a inclusão e exclusão de servidores.
- 12.6. Formalizar os pedidos de estorno/reversão de créditos indevidos aos beneficiários, encaminhando à contratada.
- 12.7. Comunicar ao contratado, assim que disponível a informação, os casos de afastamento e óbito dos titulares das contas.
- 12.8. Manter atualizadas, junto à instituição financeira, as informações constantes dos dados cadastrais incluídos neste Termo de Referência, relativas ao pagamento da folha remuneratória.
- 12.9. Disponibilizar espaço no prédio da Prefeitura de Rio Claro/RJ, para instalação de um Posto de Atendimento Bancário – PAB, caso haja interesse da contratada, e de forma que possam ser instalados, no mínimo, um caixa eletrônico.
- 12.10. Executar as demais obrigações previstas neste Termo e no Edital de cunho da Contratante.
- 12.11. Exercer a fiscalização e gestão do presente contrato por meio de servidor(es) formalmente designado(s), inciso III, art. 104, Lei Federal nº 14.133/21.

13.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.3. Ficam indicados como futuro fiscal e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores:
 - Fiscal técnico: Cássia de Carvalho Miranda, Matr. 21/638
 - Fiscal administrativo: Matheus dos Santos Alves, Mat. 22/156
 - Gestor do futuro Contrato: Pedro Canísio Monteiro - Cargo: Secretário Municipal de Finanças.

14.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 14.1. Creditar, em parcela única, o valor da oferta adjudicada na licitação, em moeda corrente nacional, sem qualquer desconto, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento contratual.
- 14.2. Disponibilizar sistema informatizado compatível com o sistema do contratante, de forma a possibilitar que todas as operações sejam efetuadas por meio eletrônico e on-line,



sendo que, no caso de incompatibilidade, todas as despesas necessárias para sua adaptação correrão por conta do contratado.

14.3. Disponibilizar sem ônus para o MUNICÍPIO ou direito a ressarcimento, sistemas eficientes e seguros de informática, capaz de executar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições do Edital, observadas as regras do Banco Central do Brasil.

14.4. Proceder o crédito nas contas individuais de cada funcionário em D+1 da data da ordem de pagamento efetuado pelo MUNICÍPIO.

14.5. De comum acordo com o MUNICÍPIO, poderá adotar a rotina em D+0.

14.6. Disponibilizar pessoal técnico para instalação e treinamento no uso do sistema informatizado em referência, assim como outros necessários para o fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas.

14.7. Promover a abertura de contas dos beneficiários do contratante, na modalidade conta salário ou de depósitos à vista (conta corrente), efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário indicado e na agência do contratado.

14.8. Informar aos futuros titulares das contas todos os procedimentos necessários para a formalização de abertura das contas correntes, tais como, preenchimento de fichas cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, instalação de aplicativo, etc.

14.9. Suportar todas as despesas relativas à divulgação dos procedimentos necessários à abertura das novas contas correntes, cabendo ao contratante fiscalizar o texto dos documentos a serem divulgados pela contratada no sítio eletrônico e no espaço físico da contratante.

14.10. Responsabilizar-se pela obtenção de eventuais informações cadastrais dos beneficiários, não previstas neste Termo de Referência.

14.11. Assegurar que, em uma eventualidade, até que se regularizem todos os procedimentos relativos à abertura das contas correntes, a instituição financeira deverá providenciar o repasse dos créditos, sem ônus, para as contas já existentes em outras instituições cujos dados necessários serão devidamente informados pelo contratante através de arquivo eletrônico.

14.12. Comunicar ao contratante, após o processamento do arquivo eletrônico das informações da Folha de Pagamento, as eventuais rejeições e exclusões por inconsistências nas informações bancárias, para fins de regularização.

14.13. Efetuar os créditos nas contas dos beneficiários, com base na folha de pagamento repassada pelo contratante, no prazo definido, sem qualquer custo e em conformidade com as informações enviadas por este.

14.14. Disponibilizar o arquivo retorno em meio digital, com informações que permitam a confirmação dos créditos pagos e não pagos, e ainda as inconsistências porventura existentes.

14.15. Assegurar aos beneficiários do contratante o direito da transferência, sem ônus para o contratante com disponibilidade no mesmo dia dos créditos para as contas de depósitos de titularidade destes livremente abertas em outras instituições financeiras, em conformidade com artigo 2º das resoluções 3919/2010 e 5058/2022 do Banco Central do Brasil.



14.16. Oferecer aos servidores municipais, sem cobrança de tarifa, uma cesta de serviços, a qual deverá incluir, no mínimo, os seguintes itens:

14.16.1. Abertura e manutenção de conta salário;

14.16.2. Fornecimento de cartão magnético com função débito;

14.16.3. Substituição do cartão magnético, no vencimento de sua validade ou no caso de roubo, devidamente comprovado, com exceção dos casos decorrentes de perda, danificações e outros motivos não imputáveis à CONTRATADA;

14.16.4. Realização de até dois saques por mês em guichê, terminal de autoatendimento;

14.16.5. Fornecimento de até dois extratos mensais contendo movimentação dos últimos 30 dias;

14.16.6. Consultas e informações por meio eletrônico;

14.16.7. Compensação de cheques e emissão de folhas de cheques, quando aplicável;

14.16.8. Prestação de serviços por meios eletrônicos, conforme contrato.

14.16.9. Responsabilizar-se pela guarda e sigilo dos arquivos repassados pelo contratante para o atendimento do objeto do contrato.

14.16.10. Isentar o contratante de todas e quaisquer tarifas bancárias, ou qualquer outro tipo de remuneração, pelos serviços inseridos no objeto do contrato.

14.16.11. Quaisquer outros serviços/tarifas não previstos no item anterior, não poderão ser tarifado sem valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

14.16.12. Respeitar as normas referentes às pessoas com deficiência e legislação de acessibilidade.

14.16.13. Respeitar os limites da margem consignável para a concessão de empréstimos aos servidores, mediante as informações fornecidas pelo setor de RH.

14.16.14. Não subcontratar outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou colaboradora para a execução total ou parcial dos serviços objetos dessa licitação.

14.16.15. Submeter ao contratante, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, quaisquer intenções de mudança na forma de atendimento bancário, apresentando proposta alternativa de atendimento a ser avaliada e aprovada pelo contratante.

14.16.16. Disponibilizar sítio eletrônico na Internet e/ou aplicativo para acesso e movimentação das contas correntes e demais serviços.

14.16.17. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo contratante, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços ou pela Direção do Departamento de Recursos de Rio Claro/RJ.

14.16.18. Manter a regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal bem como sua qualificação técnica durante toda execução do contrato.

14.16.19. Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos que vier a causar diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na inexecução ou execução inadequada dos serviços objeto do contrato.

14.16.20. Executar e prestar atendimento e esclarecimentos aos questionamentos, comunicados e correspondências encaminhadas pelo Contratante no prazo conforme estipulado na correspondência.

14.16.21. Cumprir demais regras previstas no Edital seus anexos e demais normativos, tudo para o fiel, regular e eficiente cumprimento do objeto deste Termos.



15. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS – INFRAESTRUTURA

15.1. Caso a CONTRATADA ainda não possua Agência Bancária no Município, na data da sessão do certame deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, instalar Agência Bancária no Município de Rio Claro, em região central, com toda a infraestrutura necessária ao perfeito cumprimento do objeto, incluindo mão de obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia, em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN), da legislação trabalhista e de segurança bancária.

15.2. Toda a estrutura e montagem, quando for o caso, para a instalação da Agência Bancária ou eventual Posto de Atendimento Bancário (PAB) será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo mobiliário, equipamentos, tecnologia, pessoal e segurança, não cabendo ao Município qualquer despesa a esse título.

15.3. A Agência Bancária deverá dispor de estrutura organizacional para realizar atendimento ao Município, bem como o efetivo cumprimento das obrigações assumidas.

15.3.1.1. A CONTRATADA deverá manter canais digitais acessíveis para os usuários (internet banking, aplicativo, autoatendimento), infraestrutura tecnológica compatível com os sistemas da Prefeitura, atendimento preferencial nos prazos estabelecidos em contrato e legislação, bem como apresentar relatórios periódicos à Administração sobre a execução dos serviços, inclusive indicadores de desempenho quando aplicável.

15.4. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas relativas a eventuais reformas, adaptações e manutenções necessárias ao funcionamento de suas agências ou PABs.

15.5. A CONTRATADA deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, quaisquer intenções de mudança na forma de atendimento bancário, apresentando plano alternativo de atendimento para avaliação da Administração, de modo a assegurar a continuidade dos serviços e o interesse público.

16. DAS INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos referentes às folhas salariais serão realizados já descontados imposto de renda, obrigações patronais, e outras transferências a terceiros.

16.2. Os pagamentos serão efetuados de acordo com as datas informadas pelo contratante, que serão oportunamente repassadas à instituição financeira, que deverá estar preparada para executar os pagamentos, considerando a totalidade dos seus beneficiários.

16.3. A instituição financeira contratada deve assegurar aos beneficiários o direito da transferência, sem ônus para estes, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos



para conta de depósitos de titularidade destes, livremente abertas em outras instituições financeiras, em conformidade com artigo 2º da Resolução 3.402/2006 e Resolução 3.424/2006 do Banco Central do Brasil.

16.4. O MUNICÍPIO encaminhará à CONTRATADA, através de sistemas eficientes e seguros do BANCO, arquivos contendo os valores individualizados dos créditos do funcionalismo.

16.5. A partir dos dados mais recentes, o quadro de pessoal do Município de Rio Claro/RJ possui um total de **1996 servidores/empregados/públicos/aposentados/pensionistas/estagiários**, divididos nas seguintes classes:

VÍNCULO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Efetivos	1.070
Comissionados/Temporários	360
Estagiários	91
Aposentados/pensionistas	470
Conselheiros Tutelares	5
TOTAL	1.996

17.DA OBRIGATORIEDADE DA ABERTURA DAS CONTAS CORRENTES PELA CONTRATADA

17.1. A instituição financeira vencedora da licitação deverá, imediatamente após a assinatura do contrato, respeitado o previsto neste Termo e sem prejuízo de outras obrigações e responsabilidades contratuais, iniciar o procedimento de abertura de contas correntes.

17.2. A contratante emitirá arquivo de dados cadastrais para abertura das contas bancárias, que será enviado à instituição financeira em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, contendo os dados cadastrais dos agentes públicos municipais necessários para a abertura das contas.

17.3. A instituição financeira deverá realizar o cruzamento dos CPF's informados pelo contratante com os de seus correntistas a fim de evitar duplicidade de contas.

17.4. A instituição financeira realizará os testes preliminares necessários à validação do arquivo recebido com os dados cadastrais e informará à contratante a existência de eventuais inconsistências.



17.5. A instituição financeira deverá providenciar a efetivação da abertura das novas contas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento das informações cadastrais.

17.6. A instituição financeira deverá informar aos futuros titulares das contas todos os procedimentos necessários para a formalização de abertura das contas correntes, tais como, preenchimento de fichas cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, talões de cheque, cadastramento de senha, implantação de cheques especiais, etc;

17.7. Os titulares das contas poderão, a qualquer momento, solicitar a mudança de agência na qual será creditado seu pagamento, ficando a contratada responsável pelo repasse;

17.8. Na hipótese de impedimento legal para abertura/movimentação de conta corrente em nome de algum beneficiário, a instituição financeira deverá comunicar o fato ao contratante e providenciar outra forma para efetivação do crédito dos pagamentos;

17.9. A instituição financeira suportará todas as despesas relativas à divulgação dos procedimentos necessários à abertura das novas contas correntes, cabendo ao contratante fiscalizar o texto dos documentos a serem divulgados pela contratada em site ou áreas internas da contratante.

18.DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DEMANDADOS

18.1. A instituição financeira contratada deverá assegurar aos beneficiários as seguintes condições mínimas para a prestação dos serviços bancários:

18.1.1. Para os servidores ativos, inativos e pensionistas deverão ser concedidas isenções de cobrança de tarifas, nas contas de depósitos à vista, no mínimo, com os seguintes serviços, conforme Resolução 3.919 BACEN:

18.1.2. Cadastro de cliente, de abertura de conta;

18.1.3. Fornecimento de cheques, desde que o correntista reúna os requisitos necessários à utilização de cheques, de acordo com a regulamentação em vigor;

18.1.4. Compensação de cheques;

18.1.5. Fornecimento de 1ª via de cartões magnéticos (função débito, função crédito ou função múltiplo) ou de 2ª via, com exceção dos casos decorrentes de perda, danificações e outros motivos não imputáveis à CONTRATADA;

18.1.6. Fornecimento de até 2 (dois) extratos por mês no autoatendimento, contendo a movimentação dos últimos trinta dias;



18.1.7. Realização de consultas mediante utilização da internet;

18.1.8. Realização de determinados saques isentos por mês em autoatendimento ou correspondente bancário;

18.1.9. Demais isenções previstas em normativos referentes aos serviços bancários essenciais prestados às pessoas naturais.

18.2. Eventuais serviços ou produtos oferecidos pelo BANCO e não abrangidos pela gratuidade acima fixada serão de responsabilidade exclusiva dos servidores ativos (efetivos; comissionados; contratados e eletivos), inativos (aposentados) e pensionistas.

18.3. No caso de adesão dos servidores ativos (efetivos; comissionados; contratados e eletivos), inativos (aposentados) e pensionistas a qualquer serviço ou produto não abrangidos pela gratuidade, os valores cobrados pelo BANCO não poderão ser superiores aos praticados para os demais correntistas.

18.4. Os serviços prestados pelo vencedor do certame deverão obedecer a todas as normas regulamentadoras do Sistema Financeiro Nacional, em especial, as normas contidas nas Resoluções nº 3.402 e 3.424/2006 do BACEN, ou substitutas. Outras exigências constantes do Edital, também deverão ser observadas.

18.5. O MUNICÍPIO está isento de toda e qualquer tarifa, taxa ou cobrança similar não prevista no Edital, Termo de Referência ou Contrato.

19.DO FLUXO OPERACIONAL PARA REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS MENSAIS DE PESSOAL E OUTRAS CONDIÇÕES

19.1. Os dados da folha de pagamento para depósito em conta serão transmitidos pela contratante à instituição financeira, individualmente ou em lote, utilizando sistema informatizado disponibilizado pela contratante.

19.2. A contratante encaminhará à instituição financeira contratada arquivo eletrônico contendo, no mínimo, as informações de número da conta bancária, valor total da folha de pagamento, quantidade total, nomes dos beneficiários, valor dos créditos por beneficiário e data do crédito.

19.3. Essas Informações serão enviadas pelo contratante através de arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, podendo ser no mesmo dia do pagamento, desde que possível e acordado entre as partes.

19.4. O contratante disponibilizará à instituição financeira os recursos financeiros necessários para efetivação do pagamento dos servidores com antecedência de 1 (um) dia



útil da data prevista para a sua realização, podendo ser no mesmo dia do pagamento, desde que possível e acordado entre as partes.

19.5. A instituição financeira deverá informar ao contratante, com prazo máximo de 30 (trinta) minutos após o processamento, as eventuais rejeições a exclusões por inconsistências nas informações bancárias.

19.6. A Instituição financeira disponibilizará, em até 1 (um) dia útil da data do efetivo pagamento, arquivo retorno em meio digital, com informações que permitam a confirmação dos créditos pagos e não pagos, e ainda as inconsistências porventura existentes.

19.7. O comprovante da efetivação deve estar individualizado, contendo no mínimo: data, horário, valor, beneficiário, cpf do(s) autorizante(s).

19.8. A instituição financeira deverá responsabilizar-se pela guarda e sigilo dos arquivos repassados pelo contratante para o atendimento do objeto do contrato.

19.9. Eventuais indisponibilidades de recursos ou problemas técnicos com os arquivos enviados que determinem o descumprimento dos prazos acima adiarão, na mesma proporção, a data do pagamento aos beneficiários, cabendo ao contratante informar a nova data do pagamento.

20.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PAGAMENTO

20.1. Considerando a natureza específica desta contratação, que trata da concessão onerosa à instituição financeira do direito de processar e gerenciar a folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ, não haverá contraprestação financeira por parte da Administração Pública à contratada.

20.2. A seleção da proposta mais vantajosa ocorrerá por meio de processo licitatório na modalidade Pregão **presencial**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, adotando o critério de **maior oferta**, em razão das peculiaridades dos serviços financeiros de centralização e processamento da folha de pagamento. A instituição bancária vencedora deverá repassar ao Município o valor ofertado como contrapartida pela concessão da folha de pagamento, em parcela única, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

20.3. O valor do lance estimado de acordo com o levantamento e estudo de dados de contratos semelhantes licitado por órgãos públicos, conforme Anexo I do Termo de



Referência, deverá ser de **R\$ R\$ 2.639.510,40 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos).**

20.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira comumente exigidos nos processos de contratação do órgão.

20.5. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

20.6. O objeto detém requisitos que são incompatíveis com o enquadramento como MEI, ME ou EPP, pois envolvem capacidade econômico-financeira elevada, robustez tecnológica e autorização de operação bancária.

21.DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

21.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas previstas neste termo e no Edital ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

21.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior ou indicada neste termo ou no edital;

21.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

21.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

21.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto, se não houver outra forma;

21.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

21.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



21.2. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.3. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequentes implicações contidas neste Termo, no Edital e no Contrato, conforme Lei.

21.4. A extinção do contrato poderá ser (art. 138, Lei Federal nº 14.133/21):

21.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

21.4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

21.4.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Termo, as seguintes consequências:

21.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

21.5.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

21.5.3. Execução da garantia contratual, na forma do inciso III, art. 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.5.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor:



22.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

22.1.2. MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

22.1.2.1. Para inconformidade LEVE, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

22.1.2.1.1. Pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;

22.1.2.1.2. Pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

22.1.2.2. Para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

22.1.2.2.1. Pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;

22.1.2.2.2. Pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.2.2.3. Pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

22.1.2.3. Para inconformidade GRAVE:

22.1.2.3.1. Será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.2.3.2. Será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

22.1.2.3.3. Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

22.1.2.4. Para inconformidade GRAVÍSSIMA:



22.1.2.4.1. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto.

22.1.2.4.2. Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

22.1.2.4.3. Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

22.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

22.1.3.1. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

22.1.3.2. Dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

22.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

22.1.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (TRÊS) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

22.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;

22.1.4.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.4.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

22.1.4.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;

22.1.4.5. Ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima ou 2 (duas) infrações enquadradas como grave ou 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização e alterações ou 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, ou, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.



22.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

22.1.6. Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

22.1.7. As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

22.1.8. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DARM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

22.1.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.1. O valor estimado da proposta a ser ofertada na licitação será de **R\$ R\$ 2.639.510,40 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos).**

23.2. Conforme preço médio de mercado apurado no Estudo Técnico Preliminar e demonstrado no Anexo I deste termo de referência.

23.3. O valor ofertado deverá ser líquido e integral, não cabendo à contratada a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

24. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

24.1. Para a efetiva participação da CONTRATADA no certame, na dispensa ou na inexigibilidade, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, fará o tratamento dos dados pessoais dos representantes legais e outros, de acordo com o definido nas legislações vigentes, e zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

24.2. A CONTRATADA obriga-se, durante a participação em todas as fases do procedimento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pes-



soais e dados pessoais sensíveis, especialmente a regulamentação municipal e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a se mostrar necessário.

24.3. O MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ e a CONTRATADA, ao realizar o tratamento de dados pessoais, o farão de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

24.4. A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, zelando e responsabilizando-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

24.5. É vedada à CONTRATADA a utilização de qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, no processo de dispensa e inexigibilidade de licitação para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

24.6. A CONTRATADA fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

24.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais.

24.8. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO DE RIO CLARO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

24.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

24.10. As disposições no tocante a proteção de dados permanecem durante toda a execução do objeto a ser contratado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste procedimento, na medida de abrangência dentro de seu escopo. Mesmo que encerrada a vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

24.11. Por ocasião da assinatura do futuro contrato, a(s) empresa(s) sagrada(s) vencedora(s), deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas.



cas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais em sua estrutura organizacional.

24.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ poderá solicitar à(s) EMPRESA(S) vencedora(s) do certame os dados de contato do seu respectivo encarregado de dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

24.13. A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, deverá acessar o link www.rioclaro.rj.gov.br e, para maiores informações, poderá entrar em contato com o Encarregado de Dados por meio do endereço eletrônico de e-mail lgpd@rioclaro.rj.gov.br.

25. GERAIS

25.1. As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

25.2. Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

26. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Modelo de cotação de Preço
ANEXO III – Pirâmide Salarial

Rio Claro – RJ 23 de outubro de 2025.



Pedro Canísio Monteiro
Secretário Municipal de Finanças
Matr. 21/307